

| Número parcela expropriar | Proprietários   | Área a expropriar (m²) | Ocupação temporária (m²) | Referências |                 | Confrontações  | Número desenho |
|---------------------------|---|------------------------|--------------------------|-------------|-----------------|--|----------------|
|                           |   |                        |                          | Finanças    | Registo predial |  |                |
| 22.1                      | Quinta do Crasto, S. A., Quinta do Crasto, 5060-052 Gouvinhães.                               | 3 089                  |                          | Rústico 149 | 350/19871221    | Norte: o próprio.<br>Sul: domínio público ferroviário.<br>Nascente: o próprio.<br>Poente: o próprio. | 10002385687    |
| 22.2                      | Quinta do Crasto, S. A., Quinta do Crasto, 5060-052 Gouvinhães.                               | 155                    |                          | Rústico 149 | 350/19871221    | Norte: o próprio.<br>Sul: domínio público ferroviário.<br>Nascente: o próprio.<br>Poente: o próprio. | 10002385687    |
| 23T                       | EDP — Distribuição de Energia, S. A., Rua Camilo Castelo Branco, 43, Lisboa, 1050-044 Lisboa. |                        | 288                      |             | Não descrito    | Norte: domínio público ferroviário.<br>Sul: o próprio.<br>Nascente: o próprio.<br>Poente: o próprio. | 10002385687    |

207498709

## Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

## Despacho n.º 208/2014

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP) realizou procedimento concursal para o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., publicado pelo Aviso (extrato) n.º 11981/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 25 de setembro, a que deu o número 194\_CRESAP\_127\_09/13, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, previstas nos artigos 18.º e 19.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, aplicáveis por força do n.º 4 do artigo 19.º da lei-quadro dos institutos públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 57/2011, de 28 de novembro, 24/2012, de 9 de julho, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de outubro, 105/2007, de 3 de abril, 40/2011, de 22 de março, 5/2012, de 17 de janeiro, 123/2012, de 20 de junho, e pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril;

Considerando que, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 19.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta indicando três candidatos, entre os quais o Licenciado João Fernando Cotrim de Figueiredo;

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 57/2011, de 28 de novembro, 24/2012, de 9 de julho, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de outubro, 105/2007, de 3 de abril, 40/2011, de 22 de março, 5/2012, de 17 de janeiro, 123/2012, de 20 de junho, e pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, o Licenciado João Fernando Cotrim de Figueiredo para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., cujo currículo académico e profissional consta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 10 de dezembro de 2013.

26 de novembro de 2013. — O Secretário de Estado do Turismo, *Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes*.

## ANEXO

## Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: João Cotrim de Figueiredo

Nacionalidade: Portuguesa  
Data de nascimento: 24 Junho 1961

2 — Habilitações académicas:

1984-1985 — MBA — Universidade Nova de Lisboa  
1980-1984 — B.Sc. (Econ) Honours — London School of Economics and Political Science — Universidade de Londres  
1965-1979 — Abitur — Escola Alemã de Lisboa

3 — Experiência profissional

Desde 2013 Acionista e Administrador da Faber Ventures, SA  
Desde

2012 — Atividades docentes na Nova School of Business and Economics  
Desde

2007 — Acionista e Administrador da Jason Associates  
Desde 2006 Administrador da Fundação Ulisses - 'The Lisbon MBA', (associação com o MIT).

3/2010 — 10/2011 — Diretor-Geral da TVI — Televisão Independente, S. A.

1/2009 — 5/2009 — CEO da Privado Holding, SGPS SA  
11/2005 — 9/2006 — Presidente Comissão Executiva Compal S. A.

Nutricafês S. A.  
1/2000 — 10/2005 — Administrador Executivo  
Compal S. A. (desde 2000)  
Nutricafês S. A. (desde 2002)  
Nutrinveste SGPS, S. A. (desde 2004)  
1993 — 1999 — Nutrinveste — SGPS, SA — Diretor de Desenvolvimento Estratégico

1990 — 1993 — Incofina — Sociedade de Investimentos, SA — Diretor Executivo

1987 — 1990 — Citibank Portugal, SA — Resident Vice-President, Responsável pelo Dept. Corporate Finance

1985 — 1987 — MDM. Sociedade de Investimentos, SA — Subdiretor, responsável pelo mercado de capitais (primário)

1984 — 1985 — Centro de Estudos de Gestão da Universidade Nova de Lisboa — Consultoria de gestão e desenvolvimento de aplicações informáticas.

1979 — 1982 — International Shipping Management (Londres e Lisboa) — Atividade de afretamento e gestão de frota naval

Outras Funções

Desde 2012 — Colunista e comentador no Grupo Económico (Diário Económico e Económico TV)

2004 — 2005 — Administrador SEMAE S.L. (Espanha)

Administrador SEMEC S.L. (Espanha)

Administrador PM&S S. A.

2001 — 2003 Administrador de Fábricas Triunfo, SA

Desde 1990 — Cargos em vários Órgãos Sociais de empresas familiares

1990-1992 — Presidente do C.A. da Título — Soc. Corretora, S. A.

Corretor Oficial da Bolsa de Valores do Porto

1988-1989 — Docente do Instituto de Formação Bancária

1985-2010 — Presidente dos LSE Alumni Portugal  
 1983-1984 — Junior Librarian — British Library of Political and Economic Sciences  
 1982-1984 — Chairman — Portugal Society LSE  
 Publicações — Coautor do livro “Lidere como um líder”, Edições Sílabo 2013  
 Línguas — Fluência oral e escrita em Inglês, Francês, Alemão e Espanhol

207493021

**Despacho n.º 209/2014**

**Atribuição de utilidade turística prévia a Comporta Dunes Golf, a instalar em Grândola, de que é requerente a sociedade Comporta Dunes Hotéis e Golfe — Promoção e Desenvolvimento de Atividades Hoteleiras e Turísticas, S. A.**

Processo n.º 16.35.5/1736

No seguimento do parecer do Turismo de Portugal, I. P. (consubstanciado na Informação de Serviço n.º INT/2013/10695/EMUIT/SE, de 27 de novembro de 2013), que conclui pela atribuição de utilidade turística prévia ao empreendimento de animação (campo de golfe de 18 buracos) Comporta Dunes Golf, a instalar em Grândola, de que é requerente a sociedade Comporta Dunes Hotéis e Golfe — Promoção e Desenvolvimento de Atividades Hoteleiras e Turísticas, S. A., decido, tendo presente o quadro legal e regulamentar aplicável (nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro) e com os fundamentos invocados na referida Informação de Serviço:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, atribuir a utilidade turística prévia ao Comporta Dunes Golf;

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, fixar a validade da utilidade turística em 30 (trinta) meses, contados da data de publicação deste meu despacho no *Diário da República*;

Nos termos do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, sujeitar a utilidade turística ao cumprimento dos seguintes condicionamentos:

- i) O empreendimento deverá manter os pressupostos que determinaram a declaração de interesse para o turismo;
- ii) O empreendimento deverá abrir ao público antes do termo do prazo de validade desta utilidade turística prévia;
- iii) A confirmação da utilidade turística deve ser requerida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data da abertura ao público, isto é, da data da emissão do alvará de autorização de utilização, ou da data de título válido com valor equivalente, e dentro do prazo de validade desta utilidade turística prévia.

9 de dezembro de 2013. — O Secretário de Estado do Turismo, *Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes*.

307459634

**Despacho n.º 210/2014**

Atento o pedido de confirmação da utilidade turística atribuída a título prévio ao Hotel Carris Porto Ribeira, de 4 estrelas, sito no Porto, de que é requerente Carris Land Portugal, S.A., e;

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e o parecer do Presidente do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal, I.P., que considera estarem reunidas as condições para a confirmação da utilidade turística atribuída a título prévio ao empreendimento, decido:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, confirmar a utilidade turística atribuída a título prévio ao Hotel Carris Porto Ribeira;

2. Ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, fixo a validade da utilidade turística em 7 (sete) anos, contados da data da emissão do Alvará de Utilização n.º ALV/926/12/DMU, da Câmara Municipal do Porto (22 de janeiro de 2013), ou seja, até 22 de janeiro de 2020;

3. Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 38/94, de 8 de fevereiro, determino que a proprietária e exploradora do empreendimento fique isenta das taxas devidas à Inspeção Geral das Atividades Culturais, pelo mesmo prazo fixado para a utilidade turística, caso as mesmas sejam, ou venham a ser, devidas;

4. A utilidade turística fica, nos termos do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, sujeita ao cumprimento dos seguintes condicionamentos:

- a) O empreendimento não poderá ser desclassificado;
- b) A requerente deverá promover, até ao termo do segundo ano após a publicação do presente despacho, a realização de uma auditoria de qualidade de serviço por uma entidade independente, cujo relatório deve ser remetido ao Turismo de Portugal, I.P. Caso o empreendimento disponha de um sistema de gestão de qualidade implementado, o relatório de auditoria pode ser substituído pela descrição detalhada do referido sistema, evidenciando nomeadamente a política de qualidade prosseguida, a monitorização e medição da satisfação do cliente e o tratamento das reclamações, a frequência e metodologia das auditorias internas e o envolvimento da gestão de topo;
- c) Não poderão ser realizadas quaisquer obras que impliquem alteração do empreendimento sem prévia comunicação ao Turismo de Portugal, I.P., para efeitos da verificação da manutenção da utilidade turística que agora se confirma, sem prejuízo de outros pareceres ou autorizações por parte daquele organismo, legalmente devidos.

13 de dezembro de 2013. — O Secretário de Estado do Turismo, *Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes*.

307471979

**Secretaria-Geral****Aviso n.º 193/2014**

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 4 (quatro) postos de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.**

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por meu despacho de 11 de dezembro de 2013, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para o preenchimento de 4 (quatro) postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento de constituição de reserva de recrutamento, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta à Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), conforme estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

3 — O presente aviso será publicitado na bolsa de emprego público (BEP) no 1.º dia útil seguinte à publicação no *Diário da República*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

4 — Número de postos de trabalho — O procedimento concursal visa o preenchimento de 4 (quatro) postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

5 — Local de trabalho: Direção de Serviços Financeiros (DSF) da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, sita na Av. da República, n.º 79, 1069-218 Lisboa.

6 — Caracterização do posto de trabalho:

Acompanhar a elaboração da proposta de Orçamento de Estado para o ministério, assegurando a fiabilidade, consistência e coerência da informação; Acompanhar a definição de indicadores de economia, eficiência e eficácia do ministério, nomeadamente, os respetivos objetivos e metas, avaliar o seu grau de cumprimento e propor as alterações indispensáveis; Produzir relatórios e indicadores de execução orçamental do ministério; Emitir parecer prévio sobre a inscrição de novas medidas, projetos e reinscrição de projetos e sobre questões orçamentais que careçam de autorização do membro do governo responsável pela área das finanças ou do membro do Governo da tutela; Assegurar que é prestada por todos os serviços, organismos e outras entidades do ministério, a informação financeira e orçamental, requerida e de reporte obrigatório; Apresentar, mensalmente, uma projeção da despesa até ao final do ano, para o conjunto do programa e analisar os desvios de execução